

Relato de Experiência

**A infância como
público-alvo
da educação
patrimonial: relato
de duas atividades
propositivas e
suas respectivas
contribuições**

Ana Carolina Gleria Lima

Recebido em: 07 de maio de 2025
Aceito em: 04 de novembro de 2025

Capa: *Ação de Educação
Patrimonial em Brasília (DF),
Mariana Alves (2023).*

ANA CAROLINA GLERIA LIMA é doutora em Ciências Sociais pelo IAU/USP e pós-doutoranda na FAU/USP. Pesquisa história da arquitetura, do urbanismo e patrimônio cultural, atuando em termo de cooperação com a Prefeitura de Ribeirão Preto para fomentar políticas públicas. Conselheira pelo IAB no CONPPAC. É proponente e responsável técnica de projetos financiados com lei de fomento - PROAC e CAUEDUCA - voltados à educação patrimonial nas infâncias. Docente na Escola de Patrimônios e Equipamentos Culturais da CULTSP PRO, contribui na formação de profissionais da cultura. Seu trabalho conecta academia, gestão pública e educação, promovendo a valorização do patrimônio e o acesso democrático à memória urbana.

A infância como público-alvo da educação patrimonial: relato de duas atividades propositivas e suas respectivas contribuições

Ana Carolina Gleria Lima

Universidade de São Paulo (USP)

<https://orcid.org/0000-0002-5280-038X>

anacarolinagleria@hotmail.com

RESUMO

Palavras-chave:

Educação patrimonial;
Relato de Experiência;
Patrimônio Cultural.

Este artigo analisa a educação patrimonial como instrumento estratégico para o estímulo à crítica reflexiva e à participação social, com ênfase na formação infantil. Apresenta, em formato de relato de experiência, duas ações educativas realizadas na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP). A primeira, “Era uma casa muito engraçada” (maio/2024), integrou a exposição “Arquitetura Italiana no Estado de São Paulo” e envolveu contação de histórias e oficina lúdica com blocos de madeira. A segunda, “Mãozinhas no Patrimônio Português” (agosto/2024), ocorreu durante o “IV Encontro sobre Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural” e incluiu atividades de contação de histórias e oficina de azulejaria. Ambas promoveram a sensibilização para o pertencimento aos espaços urbanos e a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial. Fundamentadas metodologicamente, as iniciativas consolidaram práticas participativas e inclusivas, gerando desdobramentos relevantes no campo da educação patrimonial voltada à infância.

ABSTRACT

Keywords: Heritage education; Experience report; Cultural heritage.

This article examines heritage education as a strategic tool to foster critical reflection and social participation, with a particular focus on early childhood. It presents two educational initiatives, framed as experience reports, held at the São Paulo Council of Architecture and

Urbanism (CAU-SP). The first, “Once There Was a Very Funny House” (May 2024), was part of the exhibition “Italian Architecture in the State of São Paulo” and featured storytelling and a playful workshop using wooden blocks. The second, “Little Hands on Portuguese Heritage” (August 2024), took place during the “IV Meeting on Architecture, Urbanism, and Cultural Heritage” and included storytelling and a tile-making workshop. Both activities promoted awareness of a sense of belonging to urban spaces and the appreciation of tangible and intangible cultural heritage. Methodologically grounded, these actions fostered participatory and inclusive practices, leading to significant developments in the field of heritage education for children.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência foi construído a partir da sistematização de duas experiências educativas realizadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP). A proposta desta escrita surgiu da necessidade de registrar, analisar e compartilhar práticas voltadas à educação patrimonial com o público infantil, de modo a contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre metodologias participativas e inclusivas voltadas para a primeira infância. Assim, o texto adota o formato de relato de experiência, articulando a descrição das atividades com reflexões teóricas que fundamentam sua relevância.

A estrutura do artigo foi organizada de modo a apresentar, inicialmente, um breve percurso histórico e conceitual da educação patrimonial no Brasil, situando o leitor no campo de referência. Em seguida, são descritas duas atividades desenvolvidas: a primeira, intitulada “Era uma casa muito engraçada”, concebida como contrapartida social de um projeto acadêmico sobre a arquitetura italiana no estado de São Paulo, pesquisa que se transformou em exposição itinerante e, posteriormente, em ação educativa voltada à primeira infância; e a segunda, denominada “Mãozinhas no Patrimônio Português”, realizada em referência ao edifício que abriga a sede do CAU-SP, originalmente construído para sediar o Banco Português. Essa escolha metodológica buscou responder a uma lacuna recorrente: a ausência de propostas de educação patrimonial direcionadas às crianças pequenas, público raramente contemplado em atividades culturais. A inovação do projeto reside justamente em propor alternativas lúdicas de aprendizagem, como contação de histórias e oficinas criativas, para um campo tradicionalmente técnico, aproximando o patrimônio arquitetônico da vivência cotidiana das crianças.

Reconhece-se, contudo, que ambas as iniciativas privilegiaram patrimônios de matriz europeia — italiana e portuguesa —, apontando que tal delimitação temática decorreu do vínculo direto das ações com os espaços e pesquisas que lhes deram origem. Não obstante, evidencia-se a necessidade de ampliar o escopo para abarcar a diversidade cultural presente no estado de São Paulo¹,

1. Tal ampliação é coerente com as diretrizes da Portaria Iphan n. 137/2016 e com as recomendações da *Carta do Beijódromo* (Iphan, 2023), que defendem uma educação patrimonial plural, dialógica e representativa das múltiplas matrizes culturais brasileiras.

ampliação que foi contemplada nos desdobramentos destas experiências, que passaram a incorporar projetos voltados à valorização de diferentes matrizes culturais e à construção de uma abordagem mais plural e representativa. Nesse sentido, os desdobramentos discutidos ao final deste artigo não apenas reforçam a importância da participação social e da formação de vínculos afetivos com o patrimônio, mas também contribuem para a constituição de uma consciência crítica e cidadã desde a infância. Assim, busca-se demonstrar como a prática concreta pode dialogar com a teoria, consolidando a compreensão da educação patrimonial como um processo dinâmico, inclusivo e transformador.

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A educação patrimonial no Brasil encontra suas raízes na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1937. Desde seu surgimento, o Iphan compreendeu a relevância das ações educativas como mecanismos fundamentais para a proteção e conservação do patrimônio cultural. Em 1936, Mário de Andrade já destacava a função pedagógica dos museus, bem como a necessidade de estabelecer um serviço especializado voltado à defesa do patrimônio artístico nacional. Nos anos 1970, a instituição do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a liderança de Aloísio Magalhães, ampliou os horizontes da discussão sobre preservação, priorizando a valorização da diversidade regional e das identidades culturais.

Em 1981, foi concebido o Projeto Interação, com o intuito de aproximar a educação básica dos contextos culturais locais, incentivando a participação comunitária e a valorização das referências culturais. No Brasil, o conceito de “Educação Patrimonial” foi introduzido em 1983, inspirado pelo modelo britânico de *heritage education*. Posteriormente, em 1996, o *Guia Básico de Educação Patrimonial* consolidou os princípios teóricos e metodológicos das ações educativas promovidas pelo Iphan.

Em 1996, o *Guia Básico de Educação Patrimonial* consolidou os fundamentos teóricos e metodológicos das ações educativas promovidas pelo Iphan. Este guia estabelece a Educação Patrimonial como um processo educacional permanente e sistemático, que utiliza o Patrimônio Cultural como recurso primário para promover o conhecimento e o enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A publicação (Iphan, 1996, p.4) pontua a educação patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo

fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”, conceito que seria revisto pela instituição nos anos seguintes.

Em 2004, o Iphan institucionalizou uma unidade administrativa destinada a coordenar e a implementar atividades de Educação Patrimonial, fomentando eventos, parcerias estratégicas e diretrizes que incentivaram a formação de redes de compartilhamento de experiências. A partir desse desenvolvimento, a Educação Patrimonial adquiriu uma abordagem mais sistêmica e intersetorial, destacando a indispensabilidade da participação social e da valorização da diversidade cultural como elementos centrais. No ano de 2014, o Iphan redefiniu a Educação Patrimonial como um processo contínuo e sistemático que utiliza o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento coletivo (Iphan, 2014). A metodologia apresentada na época englobava etapas progressivas de observação, registro, exploração e apropriação de bens e fenômenos culturais, abrangendo tanto evidências materiais quanto manifestações imateriais, como monumentos, paisagens naturais, tradições populares, processos produtivos e saberes tradicionais.

Medeiros e Surya (2012) afirmam que a educação patrimonial é um processo educacional sistemático e permanente que utiliza o patrimônio cultural como fonte essencial de conhecimento e de enriquecimento, tanto individual quanto coletivo. Com essa abordagem pedagógica, busca-se explorar objetos e expressões do patrimônio cultural como pontos de partida para o aprendizado, incentivando sua observação, sua análise e seu questionamento crítico. Por meio desse processo, é possível transformar os elementos culturais em conceitos e saberes que são significativos para a sociedade. Esse trabalho educativo visa resgatar e reforçar a conexão emocional da comunidade com seu patrimônio cultural, promovendo o conhecimento ativo e o envolvimento com a herança cultural local. Além disso, busca proporcionar às pessoas a capacidade de usufruir de forma mais consciente desses bens, contribuindo para a produção de novos conhecimentos. Dessa maneira, o processo estimula habilidades de análise crítica e uma valorização mais profunda desses elementos, o que é essencial para a preservação do patrimônio. De acordo com Medeiros e Surya (2012), a educação patrimonial tem um papel indispensável na preservação cultural, pois incentiva não apenas a aquisição de conhecimento sobre os bens culturais, mas também promove sua valorização e proteção. Essa perspectiva integrada e reflexiva fortalece a consciência coletiva sobre a importância do patrimônio como elemento chave para a identidade cultural e o desenvolvimento social.

A partir da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, a Educação Patrimonial foi formalmente definida como um conjunto de processos educativos, formais e informais, conduzidos coletivamente e orientados por abordagens dialógicas. Seu objetivo reside no reconhecimento do patrimônio cultural como um recurso essencial à sua valorização, proteção e apropriação. As diretrizes centrais incluem a integração do patrimônio ao cotidiano, o incentivo à participação

social, a valorização do território como espaço pedagógico, o fortalecimento de vínculos afetivos com os bens culturais, a abordagem de questões sociais relacionadas à conservação, a articulação de políticas públicas intersetoriais e a correlação do patrimônio com práticas sustentáveis e interdisciplinaridade. A legislação vigente também estabelece instrumentos estratégicos, como as Casas do Patrimônio, que funcionam como núcleos institucionais para a implementação da política de Educação Patrimonial.

Contribuindo com esse debate, Scifoni (2019) reflete sobre a abordagem tradicional baseada no princípio de “conhecer para preservar”, destacando que essa perspectiva pode despolitizar a discussão acerca do patrimônio ao reduzir os desafios da preservação ao desconhecimento por parte da sociedade. A autora defende que a educação patrimonial deve ser concebida como um direito social e uma necessidade coletiva, em vez de uma solução redentora. Inspirando-se em autores como Paulo Freire e Walter Benjamin, Scifoni propõe uma abordagem crítica e dialógica que valorize os saberes populares e problematize as memórias oficiais e as políticas de preservação. Segundo essa visão, a sensibilização para o patrimônio deve ocorrer por meio do estabelecimento de significados e vínculos afetivos, além de considerar o papel essencial dos movimentos sociais, frequentemente ignorados pelas instituições públicas. A educação patrimonial, conforme a autora, deve integrar o processo de patrimonialização, promovendo a participação social em um diálogo horizontal.

Em outra publicação, Scifoni (2022) analisa a evolução da Educação Patrimonial no Brasil, apontando uma transição de abordagens tradicionais centradas no discurso autorizado do Estado e na exaltação de bens consagrados para uma nova pedagogia crítica e descolonizadora. Desde 2006, essa perspectiva privilegia a autonomia dos sujeitos, a dialogicidade e a valorização do patrimônio cotidiano dos grupos sociais. Essa nova visão rompe com narrativas hierárquicas e universalistas, promovendo práticas educativas que reconhecem a memória coletiva e identidades historicamente marginalizadas. O inventário participativo emerge como uma ferramenta estratégica para estimular a cidadania e a produção de conhecimentos vinculados ao universo cultural dos próprios grupos sociais. Além disso, Scifoni problematiza a perpetuação de discursos hegemônicos e coloniais, propondo uma abordagem que enfrente os legados de violência e as disputas políticas inerentes à memória oficial.

Esse percurso histórico revela que, tal como o conceito de Patrimônio Cultural², a Educação Patrimonial também passou por significativas revisões teóricas e expansões conceituais ao longo das últimas décadas. Essas transformações reforçam a necessidade de alinhar os objetivos educacionais ao processo de sensibilização, partindo do estudante e orientando-se para o desenvolvimento de uma percepção crítica e abrangente do patrimônio local. Assim, busca-se estimular a percepção dos espaços e lugares como catalisadores de reflexões específicas em cada contexto.

2. Sobre as políticas de patrimônio no Brasil, consultar Chuva (1995) e Rodrigues (2006).

ATIVIDADE “ERA UMA CASA MUITO ENGRAÇADA”

Em 2021, o projeto intitulado “Plataforma online: Arquitetura italiana no Estado de São Paulo” foi contemplado pelo Edital de Chamamento Público CAU-SP nº 006/2021. Com um recorte temporal entre 1890 e 1950, o projeto abordou um período emblemático da arquitetura paulista, marcado pela influência de imigrantes italianos. O ano de 1890 foi escolhido por simbolizar o incremento da imigração italiana, enquanto 1950 reflete o momento em que a consolidação da arquitetura moderna inibiu outras expressões arquitetônicas, como a linguagem eclética.

O projeto abrangeu diversas cidades do interior do estado de São Paulo, incluindo Campinas, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara, São José do Rio Pardo e Jaú, além da capital. A iniciativa foi possível graças à parceria entre o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e o *Centro Internazionale per la Conservazione del Patrimonio Architettonico* – Itália ONLUS (CICOP Italia Onlus), viabilizada por um Acordo de Cooperação Científica com a Associação Instituto Cultural Janela Aberta.

O objetivo principal do projeto foi a criação de uma plataforma colaborativa e de acesso livre, com o propósito de divulgar e valorizar uma produção arquitetônica, majoritariamente de caráter eclético, que tem sido pouco reconhecida e desqualificada pela historiografia da Arquitetura e do Urbanismo brasileiros. Nesse contexto, exposições itinerantes foram realizadas em cidades como São Carlos, Ribeirão Preto e Rio Claro, ao longo dos anos de 2022 e 2023, culminando na capital paulista em maio de 2024. Durante essas exposições, palestras e rodas de conversa foram promovidas com o objetivo de envolver a comunidade local e compartilhar os resultados alcançados pelos diversos pesquisadores envolvidos no projeto.

Uma contrapartida social inovadora foi implementada na capital paulista, consistindo na realização de uma atividade educativa direcionada ao público infantil, especialmente crianças na primeira infância – faixa etária que pouco é contemplada em atividades culturais e mediações expositivas (Figura 1)³.

3. Apontamos que ambas as atividades apresentadas foram idealizadas e realizadas pela autora.

Imagem 1 – Divulgação da Atividade. Fonte: Acervo Pessoal, 2024.



Na ocasião, dez crianças entre 3 e 7 anos participaram de uma experiência que incluiu um passeio guiado pela exposição, seguido por uma roda de conversa. Nessa roda, algumas crianças contribuíram de forma valiosa, trazendo histórias de ancestralidade compartilhadas por avós e cuidadores.

Além disso, a atividade incluiu a contaçõ de histórias baseadas no livro *Meu avô italiano*, publicado pela editora Panda Book. As crianças, ao longo da narrativa, interagiram de maneira dinâmica, especialmente nas passagens que mencionavam elementos da cultura popular, como a culinária italiana e a influência de times de futebol, como o Palmeiras, fundado por imigrantes italianos no início do século XX (Figura 2).

Imagem 2 – Atividade “Era uma casa muito engraçada”. Fonte: Acervo Pessoal, 2024.



A etapa final da atividade consistiu em um momento lúdico, no qual foi disponibilizada uma “malinha” contendo reproduções em pequena escala dos prédios da exposição. Cada criança escolheu edifícios e recebeu uma base de tecido com elementos de blocos de madeira e figuras geométricas coloridas para compor suas próprias cidades. Essa dinâmica estimulou a criatividade e a imaginação infantil, permitindo que elas conectassem, de forma espontânea, o lúdico à experiência cultural e ao tema do patrimônio cultural.

Essa vivência demonstrou ser uma oportunidade enriquecedora, pois integrou crianças na primeira infância a uma exposição cultural de maneira ativa e reflexiva. Além disso, promoveu um espaço de troca e escuta, no qual cada criança pôde explorar elementos identificáveis da cultura italiana. A contação de histórias trouxe contribuições significativas à compreensão de aspectos historiográficos da cultura italiana, enquanto a brincadeira lúdica abriu horizontes para que os participantes interagissem com o tema das cidades e do patrimônio cultural brasileiro de forma criativa e inclusiva.

ATIVIDADE “MÃOZINHAS NO PATRIMÔNIO PORTUGUÊS”

A atividade foi realizada com 35 crianças entre 3 e 11 anos, propondo um diálogo intergeracional e reflexivo, convidando famílias com crianças na primeira infância a pensar sobre a cidade, o centro histórico de São Paulo e o patrimônio cultural brasileiro, a partir das tradições, heranças e da imigração portuguesa (Figura 3). O evento aconteceu vinculado ao “IV Encontro sobre Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural”, promovido pelo CAU-SP em 9 de agosto de 2024. A iniciativa fez parte das comemorações do mês dedicado ao patrimônio cultural no Brasil e reuniu especialistas, membros do CAU-BR e representantes de outros estados, e teve como objetivo principal debater temas relacionados ao patrimônio cultural, promovendo um diálogo entre profissionais da área e a sociedade civil. A programação incluiu palestras e mesas de discussão, abordando questões como preservação, valorização e inovação no campo da arquitetura e urbanismo.



*Imagem 3 – Atividade
“Mãozinhas no Patrimônio
Português”. Fonte: Acervo
Pessoal, 2024.*

Por ter sido realizado no edifício que abriga a sede do CAU-SP, originalmente construído para ser a sede do Banco Português no Brasil na década de 1920, foi escolhido o tema da herança da arquitetura portuguesa, buscando reforçar a conexão entre o espaço arquitetônico, a história e as narrativas culturais relacionadas à imigração.

A iniciativa estimulou reflexões acerca de questões cotidianas que remetem ao legado português, como hábitos alimentares expressos em pratos tradicionais, como bacalhau, caldo verde e queijadinha. Por meio dessa abordagem, a atividade buscou instigar os participantes a resgatarem histórias familiares: quem são os avós ou bisavós que imigraram de Portugal? Que pistas os sobrenomes fornecem sobre essas origens? Ainda mantemos costumes que dialogam com essa herança cultural? Essas questões serviram como ponto de partida para conversas com as crianças e suas famílias, promovendo um debate enriquecedor.

Tais questões foram provocadas a partir da roda de conversa, que, além do patrimônio, chamou a atenção das crianças para a questão das cidades, mostrando iconografias das ruas por onde as crianças passaram a pé – visto que é uma área de circulação restrita de carros – até a chegada no prédio em que

a atividade foi realizada. As crianças ficaram impressionadas com a comparação entre como a rua era em outros tempos e como é hoje, identificando inclusive pontos em que os prédios ainda são os mesmos.

Como parte das atividades, foi realizada a contação de histórias com base no livro *Meu avô português* (Filho, 2010), publicado pela editora Panda Books. A narrativa destacou a tradição da azulejaria portuguesa, convidando as famílias a interagirem de maneira prática e lúdica. Assim, ao final da atividade, as crianças puderam montar pequenos painéis que remetiam aos azulejos portugueses, conectando a experiência educativa ao simbolismo cultural desse elemento tradicional.

Essa metodologia, ao combinar história, tradição e práticas lúdicas, demonstrou ser uma ferramenta eficaz para introduzir a educação patrimonial na infância. Além de envolver as crianças em atividades culturais, promoveu um espaço de troca de saberes e reflexões intergeracionais, ampliando o entendimento sobre a relevância da preservação e valorização do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões.

Além de ter sido uma experiência muito enriquecedora para aquelas crianças que estavam presentes, a atividade teve uma grande repercussão nas mídias sociais e um pedido por parte dos cuidadores por outras atividades culturais direcionadas para o público infantil.

Imagem 4 – Clipping com a repercussão da atividade “Mãozinhas no Patrimônio Português”. Fonte: Página institucional do CAU-SP no Instagram, 2024.



DESDOBRAMENTOS E A PROPOSTA DE NOVAS ATIVIDADES

As atividades realizadas na sede do CAU-SP incentivaram a reflexão sobre a necessidade de diálogo com as infâncias no campo da educação patrimonial e evidenciaram a necessidade de ampliar e diversificar propostas em consonância com a Portaria Iphan n. 137/2016 e com a Carta do Beijódromo, que defendem práticas plurais, dialógicas e representativas da diversidade cultural brasileira.

Desta maneira, como desdobramentos deste processo, apontamos duas iniciativas em curso no ano de 2025: o projeto de publicação de livro infantil *Lulu, a casa abandonada e o monstro da saudade*⁴ (CULTSP – PNAB nº 30/2024)⁵, voltado à primeira infância e centrado na relação afetiva com espaços e memórias (Figura 5); e a proposta “Memória, história e pertencimento nas infâncias” (CAU EDUCA nº 0005/2024)⁶, que publicou livros físicos e digitais (Lima, 2024) com histórias literárias e atividades pedagógicas para diferentes etapas da infância, articulando as escalas da casa, da rua e da cidade com as infâncias (Figura 6).

4. Para acessar o e-book e áudio-book acessar o site do projeto: <https://www.livrodalulu.com.br/>

5. Termo de Execução Cultural PNAB Nº. 89/2025. Proponente: Ana Carolina Gleria Lima.

6. Termo de Fomento Nº 024/2024-CAU/SP. Responsável Técnica: Ana Carolina Gleria Lima.

Imagem 5 – Capa do livro infantil *Lulu, a casa abandonada e o monstro da saudade*.
Fonte: <https://www.livrodalulu.com.br/>.



Imagem 6 – Capa do livro *Memória, história e pertencimento: educativo para a sensibilização nas infâncias*.
Fonte: <https://portalc.com.br/cau-educa/>.



Nesses projetos, não partimos de um patrimônio previamente eleito, mas sim da sensibilização das crianças para os espaços que habitam — a casa, a rua e a cidade. A proposta é estimular uma conexão afetiva e significativa com esses territórios cotidianos, valorizando experiências como brincar na calçada, observar a vizinhança ou participar da vida comunitária. Ao reconhecer esses lugares como parte de sua história e identidade, a criança desenvolve pertencimento, cuidado e respeito, compreendendo que sua presença tem valor e que ela também é agente na construção da memória coletiva. Inspiradas na abordagem “*Teaching and Learning with Living Heritage*” da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco, 2021), essas iniciativas integram o patrimônio — em suas dimensões materiais e imateriais — ao currículo escolar de forma transversal e reflexiva. Mais do que transmitir conteúdos, os projetos promovem vínculos afetivos e despertam consciência crítica, consolidando uma educação patrimonial que forma cidadãos comprometidos com a preservação e valorização da cultura viva que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas atividades analisadas destacam-se pela relevância no fortalecimento de uma abordagem ampla e referenciada do conceito de patrimônio cultural. Em consonância com os entendimentos mais recentes sobre educação patrimonial — que a definem como um processo contínuo, dialógico e socialmente

comprometido —, as propostas buscaram articular teoria e prática de forma crítica e participativa. No caso da atividade “Era uma casa muito engraçada”, trata-se ainda de uma extroversão de pesquisa universitária sobre a arquitetura italiana em São Paulo, originalmente desenvolvida em âmbito acadêmico e posteriormente transformada em exposição itinerante e ação educativa voltada à primeira infância. Essa experiência, ao integrar narrativas literárias, contação de histórias e atividades lúdicas, demonstrou o potencial de sensibilizar as novas gerações para o entendimento e valorização do patrimônio cultural. Tal estratégia não apenas promoveu a conexão afetiva e identitária com as heranças culturais, mas também fomentou a reflexão crítica sobre a importância de preservar tais valores para a construção de uma cidadania consciente e ativa.

Paralelamente, a iniciativa de discussão intergeracional a partir do contexto histórico e arquitetônico, focada no centro histórico de São Paulo e na imigração portuguesa, fortaleceu o diálogo entre diferentes públicos. Este esforço contribuiu para a ressignificação dos espaços urbanos e históricos como elementos vivos e dinâmicos, conectados ao cotidiano e às memórias das famílias, reiterando a relevância do patrimônio cultural como parte integrante de uma identidade coletiva.

Ao integrar práticas que articulam memória, pertencimento e educação, as atividades analisadas reafirmam o papel do patrimônio cultural como um elemento interdisciplinar, essencial para a formação de uma sociedade civil que reconhece e valoriza suas múltiplas heranças. A conjugação de elementos históricos, culturais e afetivos representa uma estratégia robusta para ampliar os horizontes da preservação patrimonial, garantindo que as gerações futuras não apenas herdem, mas também se tornem protagonistas na valorização do patrimônio cultural. Assim, as iniciativas aqui desenvolvidas oferecem uma contribuição significativa para a construção de um entendimento mais plural, acessível e participativo do que significa o patrimônio cultural em sua essência.

Ao concluir esta análise, é pertinente destacar alguns dos desafios que a educação patrimonial enfrenta para seu pleno desenvolvimento no Brasil. Entre eles, encontra-se a necessidade de fomentar espaços de diálogo e interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como pedagogia, turismo e museologia, de forma a enriquecer e diversificar as abordagens sobre o tema. Além disso, é essencial ampliar a inserção da educação patrimonial tanto no ensino formal quanto no informal, garantindo condições financeiras e logísticas para a implementação de iniciativas que sensibilizem as infâncias em relação aos temas ligados à casa, à rua e à cidade. Essas ações são fundamentais para promover uma vivência consciente e engajada do patrimônio cultural brasileiro por parte das crianças, fortalecendo seu papel como protagonistas na preservação e valorização da riqueza cultural do país.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 137, de 20 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.
- CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1995.
- FILHO, Manuel. **Meu avô português**. São Paulo: Panda Books, 2010.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta do Beijódromo**. Brasília, DF: Iphan, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/carta-do-beijodromo>. Acesso em: 7 out. 2025.
- LIMA, Ana Carolina Gleria. **Memória, história e pertencimento**: educativo para a sensibilização nas infâncias. São Paulo: CAU-SP, 2024.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 1-16.
- SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 14-31, 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/pt_BR/article/view/157388/155798. Acesso em: 12 fev. 2026.
- SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>.
- UNESCO. **Teaching and learning with living heritage**: a resource kit for teachers; based on the lessons learnt from a Joint UNESCO-EU pilot project. Paris: Unesco, 2021.